

# Múltiplos de desigualdades: análise preliminar dos indicadores dos brasileiros portadores de necessidades especiais e sua desagregação pela variável raça/cor

Marcelo Paixão<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia da UFRJ. Coordenador do Observatório Afrobrasileiro. A programação dos microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2000 foi realizada por Luiz Marcelo Carvano, a quem o autor externa seus agradecimentos.

## Resumo

O presente artigo realiza uma análise dos indicadores sociais da população portadora de necessidades especiais, desagregada pela variável raça/cor. Os principais analisados foram os referentes ao acesso ao mercado de trabalho e de intensidade de pobreza e indigência. Esse estudo está baseado nos microdados da amostra de 10% do Censo 2000 do IBGE. O artigo mostra que existem nítidos diferenciais nos indicadores analisados entre os portadores de necessidades especiais e o restante da população. Por outro lado, foram verificados diferenciais entre as condições de vida de portadores de necessidades especiais brancos e negros, de algum modo, refletindo as assimetrias verificadas entre ambos os grupos como um todo.

**Palavras-chave:** portadores de necessidades especiais; desigualdades raciais; mercado de trabalho; taxa de pobreza e indigência.

## Abstract

*The present article does an analysis of the social indicators of the population with special needs disaggregated for the race/color variable. The main indicators we studied were concerned with access to the labor market and poverty and indigence intensity. This study is based on a 10% microdata sample of the 2000 Brazilian Census. The article shows that there are sharp inequalities on the indicators that were analyzed, between the population with special needs and the rest of the population. On the*

*other hand, we verified differentials among the population of people with special needs – black, and white people – what reflects, somehow, the asymmetries between both groups as a whole.*

*Key words: people with special needs; racial inequality; labor market; poverty and indigence rate.*

## 1. Introdução

As políticas de ações afirmativas em termos sintéticos implicam a busca pela superação das desigualdades sociais vigentes através do tratamento desigual aos desiguais. Tais medidas atualmente vêm ganhando impulso em todo o mundo tendo em vista a

construção de instrumentos eficazes de franqueamento de oportunidades educacionais e profissionais para indivíduos que fazem parte de contingentes historicamente discriminados, tais como as mulheres, negros, minorias étnicas e portadores de necessidades especiais.

Lido por outro ângulo, no Brasil, comparativamente, as ações afirmativas voltadas para os portadores de necessidades especiais parecem ter maior aceitação junto à sociedade do que as medidas de correção das assimetrias de oportunidades derivadas das discriminações por gênero e, especialmente, racial. Se nesse último caso, o mito da democracia racial acaba sendo um óbice à plena aceitação de políticas voltadas à promoção da cidadania dos afrodescendentes, no caso da realidade da população portadora de necessidades especiais parece que há um consenso básico quanto à necessidade de adoção de medidas mitigadoras da evidente assimetria no acesso às oportunidades. De fato são cristalinas as maiores dificuldades que um portador de necessidades especiais enfrenta mesmo em termos de questões deveras singelas como, por exemplo, o acesso ao espaço público (uma simples rua ou avenida), ao transporte urbano, às repartições públicas, aos espaços de trabalho, lazer etc.

Tendo em vista essas reflexões preliminares, o presente artigo terá por objetivo uma leitura de alguns indicadores sociais selecionados da população portadora de necessidades especiais segundo um recorte de raça/cor. A base de informações utilizada na confecção deste estudo foi a amostra

de 10% do Censo Demográfico de 2000. Conquanto de forma decerto modesta, acreditamos que desse breve esforço estaremos contribuindo para o avanço da compreensão do tema da construção das desigualdades sociais no Brasil. Isso porque o avanço do próprio tema ao longo da presente década vem denotando que os problemas das assimetrias sociais definitivamente não podem ser compreendidos independentemente do perfil heterogêneo de nossa população em seus múltiplos aspectos.

Na segunda parte do artigo vamos analisar a proporção de pessoas portadoras de necessidades especiais no seio da população brasileira. Na terceira parte nos debruçaremos sobre os indicadores de acesso ao mercado de trabalho da população portadora de necessidades especiais entre os 15 e 65 anos. Na quarta parte analisaremos a incidência da pobreza e da indigência sobre este grupo. Finalmente na quinta parte avançaremos algumas reflexões conclusivas a respeito destes indicadores, incluindo os diálogos existentes entre os movimentos anti-racistas e os movimentos de promoção da cidadania da população portadora de necessidades especiais.

## 2. População Portadora de Necessidades Especiais: participação na população brasileira

No ano 2000 a população brasileira era formada por 168.822.556 almas. Decomposto esse contingente segundo os grupos de sexo, a população masculina formava cerca de 83,1 milhões de pessoas e a população feminina formava cerca de 85,6 milhões de pessoas.

Da população portadora de necessidades especiais, o maior contingente era formado pelas pessoas incapacitadas de enxergar (2,1 milhões de pessoas); seguido pelas pessoas com problemas mentais permanentes (2,08 milhões de pessoas); das incapazes à audição (930 mil pessoas) e que portavam alguma forma de paralisia (912 mil pessoas). Em termos relativos, quando analisamos a proporção da população portadora de necessidades no interior dos grupos de sexo vemos que as variações não eram muito pronunciadas. Todavia, quando esses indicadores são analisados segundo os grupos de raça/cor e sexo pode-se perceber que se entre os brancos (homens e mulheres) e as mulheres negras a categoria modal continuava sendo a incapacidade de enxergar, entre os negros, a categoria modal dos portadores de necessidades especiais eram os que possuíam problemas mentais permanentes (Tabelas 1 e 2).

**os problemas das assimetrias sociais definitivamente não podem ser compreendidos independentemente do perfil heterogêneo de nossa população em seus múltiplos aspectos.**

Analisando a proporção de pessoas portadoras de necessidades especiais sobre a população como um todo, vemos que no interior da população masculina os brasi-

leiros que não portam nenhum tipo de necessidade especial formavam 95,8% desse contingente e a população feminina na mesma situação formavam 96,2%. A desagrega-

ção desse indicador pelos grupos de raça/cor não nos leva a grandes diferenças no interior dos grupos, em nenhum dos casos as diferenças superando a casa dos 0,3%.

Tabela 1 – População Portadora de Necessidades Especiais, Por Tipo de Incapacidade, Desagregado Segundo Raça/Cor e Sexo

HOMENS	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	Total
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	579.334	539.944	17.627	1.136.905
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	420.499	453.290	12.666	886.455
INCAPACIDADE DE OUVIR	260.634	225.191	7.787	493.612
INCAPACIDADE DE ANDAR	56.816	40.205	1.613	98.634
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	258.069	237.247	8.339	503.655
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	168.384	167.176	4.970	340.530
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	41.841.077	36.588.156	1.267.366	79.696.599
<b>Total</b>	<b>43.584.813</b>	<b>38.251.209</b>	<b>1.320.368</b>	<b>83.156.390</b>

MULHERES	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	Total
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	523.258	406.179	15.728	945.165
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	601.943	603.467	17.669	1.223.079
INCAPACIDADE DE OUVIR	241.937	187.842	7.031	436.810
INCAPACIDADE DE ANDAR	78.261	47.381	2.166	127.808
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	222.805	178.515	7.313	408.633
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	69.441	60.696	2.271	132.408
NÃO APRESENTA NENHUMA DEFICIÊNCIA	45.456.392	35.636.271	1.299.600	82.392.263
<b>Total</b>	<b>47.194.037</b>	<b>37.120.351</b>	<b>1.351.778</b>	<b>85.666.166</b>

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela

Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000

Tabela 2 – Percentual da População Portadora de Necessidades Especiais, Por Tipo de Incapacidade, no Interior da População Brasileira Segundo os Grupos de Raça/Cor e Sexo

HOMENS	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	Total
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	1,3%	1,4%	1,3%	1,4%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	1,0%	1,2%	1,0%	1,1%
INCAPACIDADE DE OUVIR	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%
INCAPACIDADE DE ANDAR	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	96,0%	95,7%	96,0%	95,8%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

MULHERES	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	Total
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	1,1%	1,1%	1,2%	1,1%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	1,3%	1,6%	1,3%	1,4%
INCAPACIDADE DE OUVIR	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
INCAPACIDADE DE ANDAR	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
NÃO APRESENTA NENHUMA DEFICIÊNCIA	96,3%	96,0%	96,1%	96,2%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela  
 Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000.

**3. Acesso ao Mercado de Trabalho**

A taxa de participação no mercado de trabalho corresponde ao peso da população entre 10 e 65 anos (exclusive) que está ocupada ou procurando ocupação sobre a população

total nessa faixa etária. Ou seja, esse indicador corresponde à proporção de pessoas em idade ativa que estão efetivamente operando no mercado de trabalho, ou efetivamente ocupadas (empregadas ou atuando por conta-própria) ou procurando alguma sorte de ocupação. Assim, por exemplo, em 2000,

a taxa de participação no mercado de trabalho como um todo era de 56,8%.

Quando esses indicadores são vistos no interior da população portadora de necessidades especiais podemos ver como o mercado de trabalho discrimina o conjunto de brasileiros e brasileiras que vivenciam essa situação.

Tabela 3 – Taxa de Participação no Mercado de Trabalho (PEA/PIA) da População Brasileira Portadora de Necessidades Especiais Desagregado Pelos Grupos de Raça/Cor

TIPO DE INCAPACIDADE	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	TOTAL
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	30,0%	27,1%	29,4%	28,6%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	45,3%	45,4%	41,8%	45,3%
INCAPACIDADE DE OUVIR	40,7%	38,4%	37,7%	39,6%
INCAPACIDADE DE ANDAR	11,2%	14,1%	24,0%	12,6%
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	20,2%	21,8%	23,0%	21,0%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	59,2%	54,9%	55,9%	57,0%
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	59,2%	55,7%	52,9%	57,6%
<b>Total</b>	<b>58,5%</b>	<b>54,9%</b>	<b>52,3%</b>	<b>56,8%</b>

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela  
 Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000.

De acordo com a Tabela 3 vemos que o único tipo de necessidade especial onde seus portadores participavam no mercado de trabalho com um peso que correspondia à população trabalhadora como um todo era no caso das pessoas que apresentavam ausência de alguma parte do corpo. Nos demais casos a taxa de participação no mercado de trabalho era nitidamente inferior

ao da população em geral: 45,3% com incapacidade de enxergar, 39,6% entre os que apresentavam incapacidade de ouvir; 28,6% das pessoas com incapacidade mental permanente; 21% entre os que portavam alguma forma de paralisia e; somente 12,6% que apresentavam incapacidade para andar.

A análise destes indicadores segundo os grupos de raça/cor mostra que as maiores desigualdades apareciam entre os que apresentavam a ausência de alguma parte do corpo (59,2% entre os

brancos; 54,9% entre os negros). A taxa de participação no mercado de trabalho dos negros era 3 pontos percentuais superior do

que os brancos entre os incapacitados para andar e a taxa de participação no mercado de trabalho entre os brancos era 2,3 pontos percentuais superiores aos dos

negros incapacitados para ouvir. Nas demais situações as taxas de participação entre os portadores de necessidades especiais dos dois grupos de raça/cor tendiam a ser basicamente iguais (Tabela 3).

Tabela 4 – Taxa de Desocupação no Mercado de Trabalho (Ocupação/PEA) da População Brasileira Portadora de Necessidades Especiais Desagregado Pelos Grupos de Raça/Cor

TIPO DE INCAPACIDADE	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	TOTAL
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	18,7%	24,3%	20,1%	21,1%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	18,8%	21,1%	19,5%	20,0%
INCAPACIDADE DE OUVIR	17,1%	20,1%	18,9%	18,5%
INCAPACIDADE DE ANDAR	20,6%	22,0%	25,9%	21,4%
ALGUMA FORMA DE PARÁLISIA	18,8%	22,9%	21,0%	20,9%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	11,7%	16,2%	13,6%	13,9%
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	14,3%	18,6%	15,8%	16,2%
<b>Total</b>	<b>14,4%</b>	<b>18,7%</b>	<b>15,9%</b>	<b>16,3%</b>

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela  
 Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Na Tabela 4 vemos a taxa de desocupação (usualmente conhecida como taxa de desemprego) da população portadora de necessidades especiais. Mais uma vez podemos perceber que com exceção das pessoas que não tinham alguma parte do corpo, nas demais situações a taxa de desocupação dos portadores especiais era razoavelmente superior ao das pessoas que não viviam em semelhante situação. Em outras palavras isso quer dizer que uma em

cada cinco pessoas com problema mental permanente; incapazes de enxergar; incapazes de andar e; com alguma forma de paralisia no Brasil, em 2000, procuraram ocupação e não a encontraram. Entre os incapazes de ouvir esse percentual foi de 18,5%.

A análise desse indicador segundo os grupos de raça/cor mostra que em todas as situações, os

portadores de necessidades especiais negros apresentavam uma taxa de desocupação maior do que o verificado entre as pessoas brancas na mesma condição. Em geral essas taxas tendiam a se situar no entorno de 3 pontos percentuais, espelhando a situação de desigualdades entre brancos e negros como um todo no interior do mercado de trabalho brasileiro (Tabela 4).

Tabela 5 – Taxa de Precarização no Mercado de Trabalho (Trabalho Precária/PEA Ocupada) da População Brasileira Portadora de Necessidades Especiais Desagregado Pelos Grupos de Raça/Cor

TIPO DE INCAPACIDADE	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	TOTAL
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	54,3%	65,9%	62,3%	59,3%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	62,9%	70,1%	73,3%	66,7%
INCAPACIDADE DE OUVIR	63,3%	73,5%	74,3%	68,1%
INCAPACIDADE DE ANDAR	49,1%	53,5%	38,6%	50,9%
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	54,1%	60,2%	66,7%	57,3%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	48,0%	54,4%	53,7%	51,0%
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	48,2%	56,9%	55,6%	52,0%
Total	48,4%	57,2%	55,9%	52,2%

Obs: População Ocupada em Vínculos Precários = assalariados sem carteira assinada; trabalhadores por conta-própria sem nível superior; empregadores de firmas de até cinco trabalhadores empregados; emprego doméstico, trabalhador sem remuneração, ocupados em auto-construção e em auto-consumo

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela

Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000.

A análise do indicador da taxa de precarização do mercado de trabalho nos permite certo conhecimento das condições ocupacionais da população que está efetivamente ocupada. A definição adotada neste artigo acompanha a metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assim, segundo a mesma, pelos dados do Censo 2000, 52% do total de brasileiros ocupados o estavam em condições tida como precárias.

Quando analisamos esses dados no interior da população portadora de necessidades especiais vemos que a taxa de precarização no mercado de trabalho dos incapacitados para andar

(50,9%) e os que não tinham alguma parte do corpo (51%) eram ligeiramente inferiores que a média nacional como um todo. Nas demais condições a taxa de precarização eram, do ponto de vista proporcional, razoavelmente mais elevadas do que o conjunto da população ocupada entre os incapacitados para ouvir (68,1%); incapacitados para enxergar (66,7%); com algum problema mental permanente (59,3%) e; com alguma de paralisia (57,3%).

Quando analisamos esses mesmos dados desagregados pelos grupos de raça/cor vemos que em todos os tipos de incapacidade as taxas de precarização no mercado de trabalho dos negros eram nitidamente superiores aos dos brancos. No caso dos incapacitados mentais permanentes e dos incapacitados para ouvir essa diferença superava os dez pontos percentuais. Vale salientar que mesmo nas demais situações essa diferença nunca aparecia com menos de 6 pontos percentuais negativamente aos negros portadores de necessidades especiais.

## 4. Taxa de Pobreza e Indigência Entre a População Portadora de Necessidades Especiais

Para além dos indicadores do mercado de trabalho, outra importante fonte de dados referente à qualidade de vida da população como um todo diz respeito aos percentuais de pessoas que em um dado momento encontram-se abaixo da linha de pobreza e indigência. Naturalmente este indicador é sensível às distintas metodologias adotadas. No presente artigo optou-se pelo uso deflacionado nas linhas de pobreza do IPEA.

Através das Tabelas 6 e 7 podemos ver que em 2000, 43,1% da população brasileira encontrava-se

abaixo da linha de pobreza. Quando reportado aos grupos de raça/cor podemos ver que entre os brancos esse percentual alcançava dos 31,1% dos brancos e 57,2% dos negros. Já no caso da linha de indigência, em 2000, o percentual de brasileiros vivendo abaixo desse patamar era de 22,9%, sendo que entre os brancos essa mesma proporção era de 14,5% e entre os negros, de 32,8%.

Por intermédio das mesmas fontes vemos que em todas as situações correspondentes às pessoas portadoras de necessidades especiais, o percentual de indivíduos abaixo da linha de pobreza (com exceção das pessoas que não tinham uma parte do corpo, onde os percentuais de pessoas abaixo da linha de pobreza eram

idênticos aos da população como um todo) superava essa mesma proporção entre a população como um todo, muito embora seja necessário salientar que nunca essa diferença comparativa aparecia superior aos quatro pontos percentuais. Já no caso da proporção de pessoas portadoras de necessidades especiais abaixo da linha de indigência, o percentual de pessoas abaixo deste patamar era inferior à média nacional como um todo entre os incapazes à audição e os que portavam alguma forma de paralisia. Mesmo nas demais situações o percentual de portadores de necessidades especiais abaixo da linha de indigência tendiam a se aproximar da média nacional.

Tabela 6 – Percentual da População Brasileira Portadora de Necessidades Especiais Abaixo da Linha de Pobreza Desagregado Pelos Grupos de Raça/Cor

TIPO DE INCAPACIDADE	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	TOTAL
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	36,4%	60,0%	47,7%	47,3%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	37,7%	57,4%	49,9%	47,8%
INCAPACIDADE DE OUVIR	32,7%	55,6%	43,0%	43,0%
INCAPACIDADE DE ANDAR	36,2%	59,6%	49,3%	45,5%
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	34,6%	54,8%	41,5%	43,9%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	32,0%	54,5%	49,5%	43,1%
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	31,1%	57,2%	45,8%	42,9%
<b>Total</b>	<b>31,2%</b>	<b>57,2%</b>	<b>45,9%</b>	<b>43,1%</b>

Obs: Linha de pobreza do IPEA

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela

Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000.



A análise desagregada destes mesmos dados segundo os grupos de raça/cor revela que as desigualdades raciais que são encontradas para a população como um todo voltam a se fazer presentes entre os portadores de necessidades especiais. Assim, grosso modo, no que tange à população abaixo da linha de pobreza podemos apontar que este último

contingente, dentro de suas distintas situações, basicamente se situa no entorno das taxas dos respectivos grupos no plano nacional. O mesmo argumento também pode ser utilizado para a população abaixo da linha de indigência, onde os percentuais de portadores de necessidades especiais, de ambos os grupos raciais ou de cor, vivendo abaixo deste patamar basicamente tendia a acompanhar a média nacional dos respectivos grupos (Tabela 6 e 7).

Entre os brancos portadores de necessidades especiais os que apresentavam os piores percentuais em termos de intensidade da pobreza e indigência eram os incapacitados à visão (37,7% e 16,1%, respectivamente), os que tinham problemas mentais permanentes (36,4% e 16% respectivamente). Já entre os negros portadores de necessidades especiais as piores situações em termos da intensidade da pobreza e da indigência eram os portadores de transtornos mentais permanentes (60% e 31,9% respectivamente) e os incapazes de andar (59,6% e 30,7% respectivamente) (Tabelas 6 e 7).

Tabela 7 – Percentual da População Brasileira Portadora de Necessidades Especiais Abaixo da Linha de Indigência Desagregado Pelos Grupos de Raça/Cor

TIPO DE INCAPACIDADE	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	TOTAL
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	16,0%	31,9%	26,8%	23,4%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	16,1%	29,3%	27,0%	22,9%
INCAPACIDADE DE OUVIR	12,7%	27,3%	21,5%	19,3%
INCAPACIDADE DE ANDAR	15,6%	30,7%	27,4%	21,6%
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	13,1%	26,0%	21,5%	19,2%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	13,4%	28,7%	29,7%	21,0%
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	14,5%	32,9%	29,0%	22,9%
<b>Total</b>	<b>14,5%</b>	<b>32,8%</b>	<b>28,8%</b>	<b>22,9%</b>

Obs: Linha de indigência do IPEA

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela

Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Através desses resultados podemos ver que se entre a população abaixo da linha de pobreza os portadores de necessidades especiais tendiam a apresentar uma proporção de pessoas ligeiramente acima, em termos proporcionais, da média nacional. Já no caso da população abaixo da linha de indigência ocorria um movimento um pouco diferenciado tendendo as médias daqueles, em termos

proporcionais, a ficarem ligeiramente abaixo da média nacional. Neste caso podemos avançar a hipótese de que parte desses resultados devam-se aos efeitos positivos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que garante o pagamento de um salário mínimo a pessoas portadoras de necessidades especiais que vivam em domicílios com renda domiciliar *per capita* abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

Por meio da Tabela 8 vemos justamente o percentual de brasileiros entre 10 e 65 anos (exclusive) que contavam com algum tipo de transferência de rendimentos provenientes dos órgãos governamentais. O estabelecimento deste limite etário decorre de nossa intenção de minimizarmos o peso daqueles que recebem transferências governamentais por motivo de aposentadoria.

Tabela 8 – Percentual da População Brasileira Portadora de Necessidades Especiais, entre 10 e 65 Anos, com Auxílio Financeiro do Poder Público Desagregado Pelos Grupos de Raça/Cor

TIPO DE INCAPACIDADE	RAÇA/COR			
	BRANCA	NEGRA	OUTROS	TOTAL
PROBLEMA MENTAL PERMANENTE	26,2%	26,7%	23,4%	26,4%
INCAPACIDADE DE ENXERGAR	23,8%	26,8%	24,0%	25,2%
INCAPACIDADE DE OUVIR	26,4%	29,4%	25,5%	27,9%
INCAPACIDADE DE ANDAR	48,5%	49,4%	47,5%	49,0%
ALGUMA FORMA DE PARALISIA	49,5%	50,0%	43,5%	49,7%
AUSÊNCIA DE ALGUMA PARTE DO CORPO	29,5%	31,0%	26,2%	30,2%
NÃO APRESENTA NENHUMA INCAPACIDADE RELATIVA	6,8%	8,8%	7,8%	7,9%
<b>Total</b>	<b>7,6%</b>	<b>9,5%</b>	<b>8,5%</b>	<b>8,7%</b>

População negra = auto-declarados pretos e pardos; outros = população auto-declarada indígena e amarela  
 Fonte: Amostra de 10% dos Microdados do Censo Demográfico de 2000.

**O conjunto de pessoas portadoras de necessidades especiais enfrenta nítidas dificuldades agravadas de acesso ao espaço público, ao emprego, à representação política etc.**

Deste modo vemos que o percentual de pessoas portadoras de necessidades especiais que contavam com esse tipo de transferência era nitidamente superior às médias nacionais como um todo (8,7% do total de brasileiros). De qualquer maneira, deve ser ressaltado que o percentual de pessoas vivendo naquela situação que contavam com auxílio governamental era mais expressivo entre os que portavam algum tipo de paralisia e os incapacitados à locomoção do que nas demais situações relatadas, em alguma medida refletindo a menor taxa de participação desses contingentes no mercado de trabalho.

A análise desagregada do indicador de acesso de pessoas entre 10 e 65 anos (exclusive) às transferências governamentais por grupos de raça/cor mostra que o percentual de negros portadores

de necessidades especiais (em todas as situações tabuladas) com acesso a este tipo de benefício era ligeiramente superior (chegando a três pontos percentuais de diferença entre os incapazes à audição e incapazes à visão) ao que ocorria entre os brancos na mesma situação. De todo modo vale salientar que esse último indicador não nos diz necessariamente se o número absoluto de negros portadores de necessidades especiais que tinham acesso aos auxílios governamentais era superior ao número de brancos portadores de necessidades especiais. O que é dito é que o percentual de pessoas negras com algum problema de incapacidade física, sobre o total de pessoas com esse igual problema, dentro daquela faixa de idade já mencionada, era superior à idêntica proporção entre as pessoas brancas que apresentavam a mesma condição. Não

obstante, talvez esses dados revelem de novo a importância das políticas assistenciais do LOAS em termos da concessão dos benefícios às pessoas mais pobres.

### 5. Conclusão

As conclusões passíveis de serem tiradas dos números apresentados ao longo desse artigo deverão ser inevitavelmente limitadas. Isso porque, como foi factível observar, existe um conjunto de informações adicionais referentes à escolaridade, variações regionais, formas outras de ocupação no mercado de trabalho, valor médio dos benefícios recebidos etc, que simplesmente não foram sequer mencionados no presente esforço. De qualquer forma já sabíamos de antemão que os indicadores que seriam mobilizados no presente artigo somente teriam um caráter prospectivo. Ficaremos felizes se

desses rabiscos possamos vir a estimular novas pesquisas que aprofundem esses assuntos.

Ao longo dessas páginas não foi nossa intenção questionar o fato de que as políticas assistenciais voltadas às pessoas portadoras de necessidades especiais devam, de fato, ser voltadas para todos os afetados por este problema, independentemente de sua raça/cor. Contudo, tendo em vista a experiência acumulada sobre esse debate no conjunto de nossa sociedade, sabemos que a mera apresentação de carta de intenções está longe de resolver os problemas vigentes. Assim, simplesmente ignorar essas diferenças e considerá-las como parte integrante da paisagem nos parece sumamente questionável.

O conjunto de pessoas portadoras de necessidades especiais enfrenta nítidas dificuldades agravadas de acesso ao espaço público, ao emprego, à representação política etc. Outro problema facilmente detectável através dos indicadores mobilizados disse respeito ao

acesso ao mercado de trabalho por parte da população portadora de necessidades especiais. Nesse caso vale frisar que o acesso à ocupação por parte destas pessoas acaba exercendo um papel mais relevante que apenas o monetário, englobando aspectos subjetivos importantes como a auto-estima e a própria integração social.

De qualquer maneira, posto os indicadores mobilizados, vimos que os portadores de necessidades especiais negros apresentam condições de vida razoavelmente piores do que seus companheiros brancos na mesma situação. Assim, foi possível verificar que as desigualdades raciais presentes no interior da população portadora de necessidades especiais tendiam a repetir as disparidades médias relativas em termos nacionais. Deste modo, podemos concluir por um lado que as disparidades raciais encontra-

das junto a esse contingente específico não tendiam a se apresentar sensivelmente diferenciadas do conjunto da população branca e negra. Contudo, dado que os problemas enfrentados pela população portadora de necessidades especiais são mais pronunciados que o conjunto de óbices enfrentados pela população como um todo, é inequívoco que as pessoas que vivenciam àquela situação que eram negras acabavam padecendo de problemas especialmente agravados.

Consideramos igualmente importante refletir sobre a importância da LOAS em termos da concessão de benefícios em termos monetários aos portadores de

necessidades especiais das famílias mais pobres. Neste caso, tal como os indicadores analisados na seção anterior sugeriram, parece que o fato dos negros portadores de necessidades especiais estarem mais presentes de modo mais intensivo no interior da população abaixo da linha de indigência fez com que estes, na contramão dos demais indicadores que versam sobre as disparidades raciais brasileiras, apresentassem dados ligeiramente melhores do que ocorre entre os brancos na mesma situação em termos de acesso às transferências públicas de rendimentos. Por outro lado, posto o fato do princípio geral da LOAS nos parecer correto, talvez possamos nos permitir a crítica que essa política assistencial peque por sua timidez referente ao público atendido. Deste modo, dado o limite do  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, não raras vezes é tênue a fronteira que separa uma família abaixo ou acima da linha de pobreza, sendo que neste último caso o não direito ao benefício acaba tendo efeitos trágicos sobre as famílias envolvidas.

Finalmente, podemos perceber que todo tipo de discriminação acaba sendo extremamente prejudicial para todos aqueles afetados por este tipo de prática social adversa. Desse modo, seja fundamentado em uma concepção política, seja balizado por princípios morais não nos pareceria correto supormos que existam preconceitos e discriminações melhores ou piores umas que as outras, conquanto seja evidente que o modo de incidência daquelas mazelas – sempre um modo de desumanização de um semelhante - atue de forma qualitativamente diferenciada de acordo com o tipo de situação. Por esse motivo, nos parece que os movimentos anti-racistas e os movimentos de promoção da cidadania da população portadora de necessidades especiais são parceiros estratégicos, compartilhando de um princípio ético de que as pessoas, em sendo diferentes, deveriam se irmanar, dialeticamente, no interior de um mundo de iguais.

### *Referências Bibliográficas*

Censo Demográfico de 2000, IBGE.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Índice Fundamental do Direito, 1993.